

LIBERALISMO, DESENCANTO E MOBILIZAÇÃO POPULAR: ROTEIRO PARA UM DEBATE

Carlos Alberto Plastino

Em memória de Ulisses Guimarães



Com a expressão “desencanto” com a democracia se alude a uma atitude marcada pelo ceticismo em torno da possibilidade de transformar a vida política e a gestão da coisa pública através do sistema representativo de governo. Resultante do fracasso econômico dos governos civis estabelecidos logo após o fim dos regimes autoritários, esta atitude se caracteriza pela descrença nos partidos políticos e nos “políticos” e, alternativamente, pela esperança depositada nos homens providenciais. Este processo se registra tanto na Argentina quanto no Peru e no Brasil, mas é sobre este último caso que se organizaram estas breves reflexões.

O tema que analisamos se singulariza no caso brasileiro pelas peculiaridades do longo processo de transição e pelo controle que as classes hegemônicas conseguiram manter mesmo após a substituição do último presidente militar. A derrota no Parlamento do Movimento Nacional por eleições diretas, seguido pela posse do Presidente Sarney, configura um primeiro momento de desencanto. Todavia é do fracasso da política econômica do governo da “Nova República” que se nutre o desencanto popular com a democracia. Com efeito, mesmo após a derrota do movimento pelas diretas já, mesmo após o sucesso dos segmentos hegemônicos em evitar uma Assembléia Nacional Constituinte **ad-hoc**, a intensa participação da sociedade civil na elaboração da nova Constituição demonstrava o ativo interesse existente pela vida política. Entretanto, se cabe atribuir ao fracasso da política econômica um papel central na despolarização das massas populares, é importante caracterizar esse fracasso. Ele decorre, essencialmente, da ausência de vontade política para contrariar os interesses econômicos dominantes e, na oportunidade em que isto foi parcialmente tentado, da forma demagógica e autoritária implementada com esse objetivo. Refiro-me obviamente ao plano “Cruzado” e à

utilização do mesmo para obter dividendos eleitorais nas eleições de 1986. O que pretendo sugerir é que o fracasso dos partidos tradicionais nas eleições presidenciais de 1989 está intimamente vinculado à frustração provocada por este plano, fracasso que se constituiu em uma eloquente rejeição da política e dos políticos. Inversamente esta experiência deve situar-se também como uma importante condição da vitoriosa candidatura presidencial de Collor de Mello. Com efeito, como se lembrará, embora tendo sido prefeito, deputado federal e governador do Estado, Collor se apresentou como um candidato alheio à política, fazendo da crítica aos políticos um argumento central de sua campanha.

O recuo do cidadão e a emergência dos “salvadores”.

Entretanto, se este discurso foi bem sucedido, é porque existia um terreno propício para isso. Esta questão nos remete diretamente à problemática da cultura política. A afirmação de uma cultura política democrática supõe a expansão da crença dos cidadãos na viabilidade e eficiência de sua ativa participação na vida política. Supõe assim que tanto através de seus representantes como de sua participação nas instituições que compõem a sociedade civil, os cidadãos são conscientes para intervir na formulação do sistema normativo e na decisão das políticas públicas. Contudo, a implantação e consolidação de uma cultura política democrática é um processo, e como tal depende das experiências concretas vivenciadas pelos cidadãos. Assim sendo, a sequência de experiências negativas a que me referi sumariamente acima favorece a expansão não de uma cultura democrática mas de sua negação, isto é, de uma cultura da passividade e da impotência. É neste último terreno que o discurso demagógico dos “salvadores” encontra condições favoráveis de sucesso. Com efeito, reiteradamente frustrado na suas esperanças, acuado por situações sociais e econômicas (inflação, desemprego, corrupção, violência) que lhe aparecem como situadas fora de seu controle, o cidadão médio se infantiliza, resgatando seu narcisismo e confiando a uma figura que se apresenta poderosa e destemida a solução de seus problemas e dos problemas do país. Expande-se desse modo uma cultura individualista e - quando se torna evidente a falácia do homem providencial - cínica e desesperançada. Finalmente, o agravamento da situação econômica e social, com o acréscimo de violência e medo que ela acarreta, reforça os componentes autoritários presentes na cultura política.

Entenda-se bem, não estou postulando a determinação da cultura política pela economia. O que quero dizer é que a produção de uma cultura democrática constitui um processo histórico obviamente vinculado a experiências concretas vivenciadas pelos sujeitos. Por isso mesmo, o impacto das experiências sumariamente resenhadas foi diferente nos diversos segmentos da cidadania. Nos setores socialmente mais marginalizados e/ou politicamente mais atrasados, e ainda naqueles fortemente marcados por práticas sociais autoritárias, esse impacto se traduziu, em um primeiro momento, na adesão ao discurso salvacionista e, posteriormente, na omissão e cinismo. Outros segmentos, todavia, predominantemente urbanos e inseridos de alguma maneira em práticas sociais participativas ou próximos destas, reagiram aos processos descritos aderindo a um discurso político no qual a questão democrática se apresenta inseparável

da questão social e econômica. Discurso político enfim que questiona os fundamentos da organização econômica e social vigente e da forma de fazer política.

Cidadania e participação: a mobilização popular.

A polarização acima assinalada, em torno da qual se dividiu o eleitorado nas eleições presidenciais de 1989, constitui a meu ver um elemento central para a consideração da cultura política brasileira. Entretanto, nos poucos anos transcorridos desde a eleição presidencial, novos fatores adquiriram significativa importância. A hegemonia do discurso neo-liberal - no Brasil, na América Latina e no mundo - é certamente um desses fatores, exigindo do discurso progressista uma profunda revisão de alguns de seus parâmetros fundamentais. Todavia, o que me interessa salientar para concluir estas breves considerações é outro fator, imprevisto e imprevisível, e que assinala a possibilidade de uma profunda mudança na cultura política brasileira. Refiro-me, obviamente, às multitudinárias mobilizações que culminaram na abertura do processo de impeachment do presidente Collor e à intensa participação de numerosas organizações da sociedade civil nesse processo. Vários aspectos devem ser assinalados a esse respeito. Em primeiro lugar, sem diminuir a importância da firme e eficiente atuação dos partidos de oposição na CPI, é necessário salientar o alto grau de autonomia demonstrado nas manifestações da sociedade civil. Em segundo lugar, e quiçá seja o mais significativo, é imperativo enfatizar a motivação dessa intensa mobilização, referida não a questões econômicas imediatas, mas a reivindicações éticas vinculadas ao exercício do poder e da administração dos recursos públicos.

Sem dúvida, numerosos fatores interviram para que esse acontecimento fosse possível. Entre eles, certamente a gravidade da crise econômica, o papel da imprensa, o isolamento de Collor mesmo no interior dos setores dominantes, a existência de partidos políticos de oposição fortes e coesos, a existência e atuação de importantes associações da sociedade civil. Entretanto, estes e outros fatores que poderiam ser mencionados não determinaram o acontecido, apenas o tornaram possível. O fato em si constitui um elemento novo, uma irrupção do sujeito coletivo na história capaz de provocar transformações significativas na cultura política do país. Todavia, isso não autoriza nenhum ufanismo. Porque, se de um lado, o movimento popular e a sociedade civil provaram sua força, se os valores próprios de uma cultura democrática falaram alto nas praças públicas, se as instituições e a ordem jurídica se engrandeceram mostrando que elas não existem apenas para servir aos poderosos; existe também o outro lado, o lado da cultura cínica, do individualismo exacerbado, do culto à violência. Assim, se o processo político que culminou no afastamento, por enquanto temporário, de Collor situa o conflito político em outro patamar, é evidente que dito conflito só tenderá a acirrar-se no futuro próximo. O resultado desse processo dependerá em alto grau da participação da cidadania, recuperada e enaltecida neste processo, de seu engajamento ativo não apenas na preservação da ordem constitucional, mas ainda na transformação dos preceitos normativos que regem a vida política nacional, de maneira a tornar mais eficiente e autêntica a representação popular nas instituições. E de tornar possível a verdadeira modernização da economia e da sociedade brasileira, democratizando a legislação que rege a propriedade rural e urbana, o sistema impositivo, a política de rendas e a

orientação do gasto público. A mobilização popular impôs - finalmente - o fim da transição. Quase tudo está ainda por ser feito no que diz respeito à construção de uma sociedade democrática, que signifique a superação de uma situação caracterizada pela oligarquização da política e pela privatização do Estado. Porém o sujeito coletivo dessa construção mostrou nas praças que existe. O que já é muita coisa.



¹ Psicanalista, Mestre em Teoria Psicanalítica e Membro da "Formação Freudiana".